

# SAÚDE

Procurador pede que TCU determine o fim de repasse de dinheiro ao centro de radioterapia do HUB e convoque responsáveis para explicar problemas técnicos e administrativos da obra

ENTRE AS  
IRREGULARIDADES  
CONSTATADAS PELO  
MINISTÉRIO DA  
SAÚDE ESTÁ A  
UTILIZAÇÃO DE  
CONCRETO  
INADEQUADO À  
PROTEÇÃO CONTRA A  
RADIAÇÃO

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO  
Ministério Público junto ao TCU  
Gabinete do Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA  
UNIÃO

d) a Coordenação de Acompanhamento e Avaliação de Contratos e Convênios do FNS constatou, in loco, em 05/09/2006, entre outras falhas: realização de despesas não previstas no convênio; prática de preços distintos dos constantes da planilha orçamentária aprovada pelo MS, desde que a execução passou a ser direta; utilização de concreto de qualidade inadequada à contenção da radiação proveniente de equipamentos que serão utilizados; e

É de se realçar que, segundo estabelecido pelo mencionado Protocolo MS-INCA-SES/DF-constatou, in loco, em 05/09/2006, entre outras falhas: realização de despesas não previstas no convênio; prática de preços distintos dos constantes da planilha orçamentária aprovada pelo MS, desde que a execução passou a ser direta; utilização de concreto de qualidade inadequada à contenção da radiação proveniente de equipamentos que serão utilizados; e

FUB-HUB, os equipamentos deveriam ser instalados no prazo máximo de 06 (seis) meses após o seu recebimento (subitem 3.3.18), podendo permanecer armazenados caso as obras para implantação do CACON não estivessem concluídas, o que deveria ocorrer no referido prazo (subitem 3.3.16), sob pena de serem os equipamentos objeto de nova destinação pelo INCA/MS (subitem 3.1.6). Tais condições foram ratificadas pela Cláusula Terceira do citado Termo de Cessão de Uso, mediante o compromisso firmado pela Cessionária, no sentido de instalar os equipamentos "no prazo máximo de 6 (seis) meses, conforme Protocolo de Mútua Cooperação firmado em agosto de 2004".

Ocorre que, passados cerca de trinta meses desde o início do recebimento dos equipamentos, estes permanecem armazenados, em desacordo com os termos pactuados no instrumento de cooperação.

Ainda no tocante à atuação dos órgãos e entidades envolvidos, é importante registrar que a SES/DF cabia apoiar e acompanhar a implantação do CACON (subitem 3.2.1 do Protocolo), porém, embora as obras tenham sido paralisadas no primeiro semestre de 2005 e os equipamentos estivessem sem utilização desde 2004, as providências somente foram efetivadas a partir da veiculação de notícias pela imprensa, no final de 2006.

Desse modo, requeremos seja determinado, cautelarmente, com fundamento no art. 276 do Regimento Interno do Tribunal:

a) à Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde que não repasse mais nenhum recurso à Fundação Universitária de Brasília para construção do Centro de Alta Complexidade em Oncologia no Hospital Universitário de Brasília - CACON/HUB - até que essa Corte se manifeste sobre o mérito da presente Representação;

b) ao Diretor-Geral do Instituto Nacional do Câncer que, em cumprimento ao estabelecido no subitem 3.1.6 da Cláusula Terceira do Protocolo de Mútua Cooperação MS-INCA-SES/DF-FUB-HUB, adote providências visando à imediata definição de novo destino para os equipamentos cedidos ao HUB/FUB por intermédio do Termo de Cessão de Uso, firmado em 29/08/2005, e seus respectivos aditivos, de modo a assegurar que tais bens passem a ser utilizados, com a urgência que a situação requer, para atendimento aos pacientes da área de oncologia.

Marinus Eduardo De Vries Marsico  
Procurador

A UnB SE  
COMPROMETEU A  
INSTALAR OS  
EQUIPAMENTOS EM  
SEIS MESES, MAS,  
PASSADOS 30 MESES  
DO RECEBIMENTO,  
ESSA CLÁUSULA DO  
CONTRATO NÃO FOI  
CUMPRIDA

# Sucessão de erros

ANA BEATRIZ MAGNO E  
NELSON TORREÃO  
DA EQUIPE DO CORREIO

Segue complicada a retomada das obras do Centro de Alta Complexidade em Oncologia (Cacon) no Hospital Universitário da Universidade de Brasília. A construção começou em agosto de 2005, já consumiu R\$ 2,6 milhões e está parada desde janeiro do ano passado por uma sucessão de problemas administrativos, revelados desde a semana passada pelo **Correio Braziliense**. Quatro novos problemas surgiram ontem.

O procurador do Tribunal de Contas da União, Marinus Marsico, entregou representação solicitando a suspensão de todo e qualquer repasse de recursos públicos para as obras, orçadas inicialmente em R\$2,5 milhões, que seriam financiados pelo Fundo Nacional de Saúde. O Fundo já passou R\$ 2,1 milhão para a UnB desde 2004. A universidade, por sua vez, usou cerca de R\$ 400 mil de recursos próprios e calcula que precisa de mais R\$ 1,5 milhão para encerrar o serviço. O ministro da Saúde prometeu na última segunda-feira que resolveria o impasse, a universidade festejou, mas menos de 24 horas depois o procurador do TCU pediu a suspensão da liberação do dinheiro.

Marinus alega que os gestores descumpriram procedimentos administrativos básicos, realizaram despesas não previstas no contrato inicial, praticaram "preços distintos dos constantes da planilha orçamentária do Ministério da Saúde". "Não há como dar um cheque em branco para pessoas que não demonstraram até agora zelo com o dinheiro público", diz o procurador.

Ele não vasculhou apenas as contas da obra. Debruçou-se também sobre o projeto de engenharia e descobriu um laudo do próprio Fundo Nacional de Saúde, datado de setembro do ano passado, questionando a qualidade dos materiais usados pela firma Cinzel, empreiteira contratada pela UnB para erguer o Cacon. Segundo o documento, a firma de engenharia usou concreto de "qualidade inadequada à contenção da radiação proveniente dos equipamentos de radioterapia que serão usados".

O arquiteto da UnB Alberto Faria, responsável pela obra, reconhece que a empreiteira usou materiais de "acabamento de péssima qualidade". "Achamos que é apenas um problema de aparência e que conseguiremos contornar na fase final da obra. Sobre possíveis vazamentos de radiação, a universidade pediu laudo da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), mas a CNEN nos informou que só pode fazer isso depois da obra pronta. A UnB não é a vilã nesse caso. A secretaria de Saúde do GDF e o Ministério da Saúde aprovaram todo o projeto e estavam encarregados de fiscalizá-la", explica o arquiteto.

## Sobrecarga

O Cacon nasceu para reduzir a superlotação do Hospital de Base, hoje único a oferecer tratamento radioterápico. Há filas imensas e equipamentos defasados. Só nos últimos três anos, a Secretaria de Saúde mandou 491 pessoas para se tratar fora do DF porque faltavam aparelhos ou porque estavam sobrecarregados. São os mesmos aparelhos que hoje estão encaixotados num galpão no canteiro de obras do HUB desde 2005 e que custaram R\$ 2,6 milhões ao Instituto Nacional do Câncer (Inca), responsável pela compra dos aparelhos.

"Passados cerca de trinta meses desde o início de recebimento dos equipamentos, estes permanecem armazenados e não há qualquer resultado para os portadores de câncer que dependem da rede pública hospitalar", descreve o procurador em seu documento. Ontem, ele visitou o Hospital de Base e viu a aflição de médicos e pacientes com os aparelhos encaixotados no HUB. "Isso é muito descaso".

O documento de Marinus será analisado plenário do TCU nos próximos dias. Além da suspensão do repasse de recursos, o procurador pede também a devolução dos aparelhos e as explicações de cada uma das partes envolvidas — a UnB, a Secretaria de Saúde e o Inca. Todos dizem que só irão falar sobre as críticas do procurador depois que os ministros do Tribunal aprovarem o documento de Marinus.

Gustavo Moreno/Especial para o CB - 14/2/07



MARSICO: "NÃO HÁ COMO DAR UM CHEQUE EM BRANCO A QUEM NÃO DEMONSTRA ZELO PELO DINHEIRO PÚBLICO"

## Acerto de contas

Um indício de que o procurador deve estar com a razão veio também na tarde de ontem. Técnicos do Ministério da Saúde, da Universidade de Brasília e da Secretaria de Saúde participaram de uma longa reunião, onde decidiram reexaminar toda a prestação de contas da obra, antes de estimar os custos para sua retomada e a origem dos recursos. Os técnicos vão avaliar também toda a parte de engenharia, analisarão o que ainda precisa ser feito e o que deve ser refeito. Todo esse trabalho deve ser entregue até o 9 de março para o ministro da saúde, Agenor Álvares. Só então será definida quanto custará terminar a obra e quem pagará a conta. "É um inferno isso. É muita burocracia. Mas conseguiremos vencê-la", desabafou um dos participantes da reunião.

Seu desabafo, no entanto, não contabiliza outra complicação. A de que obra também está embargada desde junho do ano passado pela secretaria de Fiscalização de Atividades Urbanas do GDF. Os fiscais alegam que a construção invadiu área pública. A UnB aposta que esse é o menor dos problemas.